

O NOVO CATECISMO: ACOLHIMENTO NA LIBERDADE

O lançamento do Catecismo da Igreja Católica tornou-se, sob vários pontos de vista, fato relevante, e, em muitos países, verdadeiro sucesso editorial. Marcou uma presença de "pensamento forte" da unidade da Igreja Católica num mundo de "pensamento débil" com as enormes incertezas de pós-modernidade fluida e sem contornos.

Entretanto, entendê-lo na estreiteza dos horizontes conjunturais significa desconhecer o pulsar bimilenar de correntes sanguíneas da Igreja que irradiam sua vida em movimentos arteriais e venosos ininterruptos. A promulgação do Catecismo é um fato a mais em longo percurso sinuoso da Igreja católica, ora firmando claramente sua identidade doutrinal e disciplinar, ora perdendo-se audazmente num pluralismo e diversidade de culturas e geografias.

Já lá no seu berço, o Cristianismo viu uma Igreja de Jerusalém, capitaneada por S. Tiago, conservar sua ligação umbilical com o judaísmo no máximo de suas possibilidades na esperança de ser-lhe força renovadora interna. Nas Igrejas da Ásia Menor, surgem outras comunidades, em que as vestes judaicas são trocadas pelas túnicas gregas sob a inspiração do antigo fariseu convertido de Tarso. A preocupação de redigir uma "didachè", de estabelecer cânones escriturísticos, de instituir ministérios bem definidos conjugava-se, não sem conflitos, com os ímpetos carismáticos de comunidades paulinas.

A própria intervenção de Nicéia, que significava, de um lado, a definição de uma doutrina a respeito da origem divina de Jesus, exprimia também a ousadia inaudita de romper a linguagem estritamente bíblica dos credos, inserindo em seu coração o termo grego "homoiúsios". De novo, era uma vitória do dogma, da doutrina diante das ousadias arianas, mas também revelava a coragem inovadora dos padres conciliares de assumirem, a cultura grega, estrangeira e estranha às origens jesuanas.

O mais fantástico da caminhada da Igreja é que a bipolaridade, de um lado, do marco doutrinal, de que o catecismo é uma expressão, e, de outro, da

inovação criadora do carisma, freqüentemente acontece na mesma realidade e não em duas antagônicas. Haja vista o exemplo de Santo Tomás, figura de maior relevância teológica da Idade Média. Uma primeira leitura superficial dentro de chavões conhecidos situá-lo-ia como símbolo “katexochen” do homem do “catecismo universal”, ao legar-nos a maravilhosa síntese da Suma Teológica. Com clareza meridiana e profundidade inalcançável, arquitetou a mais gigantesca e harmoniosa catedral teológica de todos os tempos. Tão gigantesca síntese que séculos a fio a copiaram num literalismo sem inspiração.

Esquece-se, porém, que Santo Tomás significou a novidade da entrada da metafísica de Aristóteles no reduto teológico. Ousadia que lhe mereceu condenações da mais alta instituição intelectual da época: a Universidade de Paris. Era criativo demais para os vetustos pensadores parisienses. As arcadas da universidade não suportavam o estremecimento que seu pensamento provocava. Doutrina e novidade. “Catecismo” e inserção na cultura que emergia nova no momento.

Mais outro exemplo significativo e profundamente paradoxal foi o Concílio de Trento. Símbolo da ortodoxia. Gerador do famoso “catecismo romano”. O adjetivo “tridentino” é usado e abusado para exprimir as mentes que não aceitam a novidade do Concílio Vaticano II. Marco da rigidez. A ele se remonta Mgr. Lefebvre na sua tristemente célebre rejeição das inovações pós-conciliares, tornando-se assim protagonista de senil e melancólico movimento conservador. No entanto, esquece-se, e disso Jean Delumeau nos recorda com brilhantismo em suas obras, a hercúlea obra inovadora e criativa do espírito tridentino que manou do Concílio. O próprio catecismo veio, com profundidade singular, romper muita mediocridade catequética.

Bastam estes poucos exemplos da história para mostrar-nos a facilidade superficial com que se lêem fatos atuais por olvido das lições da “Magistra vitae” (Cícero). O próprio pontificado de João Paulo II tem, infelizmente, dado azo a interpretações unilaterais desse movimento da história da Igreja.

K. Rahner, nos momentos efervescentes e entusiásticos do pós-concílio, já nos tinha alertado para o risco de repetir-se com o Vaticano II a caricatura que se fez com Trento. Esquece-se o vigor do Concílio. Atém-se a alguns de seus textos. Passa-se a repeti-los na materialidade fixa de sua letra. Perdem-se o espírito, o entusiasmo. Também em nossas plagas, outro teólogo afirmava sem ambages que o “Vaticano II é sobretudo um Concílio que se distingue muito mais pelo novo espírito que pelas novas explicitações da doutrina cristã” (B. Kloppenburg).

Ora, o risco do catecismo é muito maior, já que é, por natureza, mais concentrado, lapidar em sua forma, rigorosamente doutrinal. O espírito latente e tão manifestado nos documentos do Concílio Vaticano II aqui se oculta sob o peso do gênero literário e forma escolhidos.

O jogo interno do Catecismo é o mesmo da Igreja. Ele tenta no prólogo formulá-lo de maneira bem simples, ao indicar que a “ênfase é posta na exposição doutrinal” (n.23). Exprime-se assim a necessidade do marco, da doutrina, do limite, da letra, de parâmetros definidos. Prossegue, porém, o texto rompendo esta rigidez, ao dizer que não se propõe realizar as adaptações exigidas pelas diferenças de culturas, de idades, de vida espiritual, de situações sociais e eclesiais. Estas são indispensáveis e devem ser feitas pelos que ministram instrução aos fiéis (n. 24). E termina-se o prólogo no mesmo nível de altura do Catecismo Romano ao dizer que “a finalidade da doutrina e do ensinamento deve ser posta no amor que não acaba” (n. 25).

O jogo interno do catecismo se define por vários binômios: respeito e liberdade, doutrina e interpretação, tradição e experiência, universalidade abstrata e concretude particular, normatividade geral e realização local.

Em outros momentos eclesiais, o risco vinha do segundo pólo: uma liberdade e experiência sem respeito pela tradição, uma interpretação por demais subjetiva sem atenção à doutrina, uma busca do particular sem referência ao universal, uma sede de auto-realização sem preocupação com as normas. Tal momento viveu-se sobretudo nos anos pós-conciliares. Apesar de equívocos e até desvarios, predominaram, sem dúvida, a beleza, a riqueza, a criatividade. Havia personagens eclesiais na teologia e na hierarquia, nos movimentos e nas comunidades, que permitiram o esplendor dessa primavera conciliar.

Os tempos estão mudados. A morte foi ceifando os cérebros e corações do momento pós-conciliar. Outros arrefeceram o “primeiro amor”, e recuaram. E nova galeria de personagens surge no horizonte, mas não inspira a mesma esperança. Por isso, o risco desloca-se para o outro braço da balança. Há mais medo e mediocridade que liberdade e criatividade. Há mais letra que espírito. Há mais “bom comportamento” que rebeldia profética. Há mais disciplina que inovação. Há mais instituição que carisma.

Nesse momento aparece o Catecismo. Periga ele ser envolvido pela inércia do medo, da mediocridade, da letra, do “bom comportamento”, da disciplina, da instituição em vez de provocar, como é exigência indispensável posta pelo próprio Catecismo (n. 24), liberdade, criatividade, espírito, rebeldia profética, inovação, carisma. O maior desserviço que se pode fazer ao Catecismo é a “preguiça hermenêutica”. Péssima conselheira. Em vez de assumirmos a difícil tarefa de pensar e interpretar o texto para situações novas, culturalmente diferentes, pastoralmente diversificadas, aplicamos, sem mais, a letra fria e rígida, em desrespeito às consciências, às culturas, à própria fé.

O triste paradoxo do farisaísmo, com que Jesus mesmo se defrontou tão tragicamente no seu tempo, assalta permanentemente toda instituição, todo código, portanto, todo catecismo. Em nome de sua letra, mata-se o espírito. Em nome da ortodoxia, sepulta-se a fé. Em nome da obediência à instituição, desobedece-se ao “primeiro de todos os vigários de Cristo” que é a consciência (H. Newmann, Catecismo n. 1778).

Está posto o desafio às nossas igrejas particulares de encontrar a síntese entre o respeito, o acolhimento, o estudo, a compulsão deste catecismo, como expressão da "sinfonia da fé" (João Paulo II) e a liberdade, a criatividade, a justa hermenêutica, o conhecimento das realidades particulares, também isto expressão da verdadeira fé. Crer é sempre comprometer-se (González-Ruiz). Compromisso só existe na realidade concreta. O Catecismo veio para servir a uma fé comprometida. Do contrário não é catecismo, mas ortodoxia no seu pior significado, tão conhecida nos totalitarismos das mais diversas naturezas. A Igreja é o "reino da liberdade", porque a seus filhos foi dado o Espírito. "E onde está o Espírito do Senhor, ali está a liberdade" (2 Cor 3, 17).